



ESTADO DO AMAZONAS
CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS
GABINETE DO VEREADOR MARCUS CURSINO
PARTIDO UNIÃO BRASIL

REQUERIMENTO nº /2025

Parintins-AM, 25 de novembro de 2025.

AUTORIA: VER. Marcus Wilson Tardelly Lopes Coursino.

ASSUNTO: Requeiro, nos termos do Art. 72 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, que sejam solicitadas à SEDEMA (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente) e à Procuradoria do Município informações detalhadas acerca da situação do Conselho Municipal de Meio Ambiente, conforme segue:

1. Quais os motivos para a não nomeação dos membros do Conselho Municipal de Meio Ambiente no exercício atual?
2. Se existe processo administrativo, minuta de decreto ou outro instrumento em tramitação referente à nomeação dos conselheiros, solicitando-se cópia integral caso exista.
3. A razão pela qual não ocorreram reuniões ordinárias ou extraordinárias, mesmo diante da previsão legal de funcionamento contínuo do Conselho.
4. Quais providências estão sendo adotadas pela SEDEMA para regularizar a situação e garantir o pleno funcionamento do Conselho.
5. Que a Procuradoria do Município informe se há entraves jurídicos, omissões administrativas ou recomendações formais relacionadas ao cumprimento da legislação pertinente ao Conselho.

Senhor Presidente,

Senhora Vereadora e Senhores Vereadores.

Exposição de Motivos: (Justificativa)

A presente solicitação visa assegurar o cumprimento das normas que regem o Conselho Municipal de Meio Ambiente, órgão indispensável para a gestão participativa, transparente e juridicamente segura das políticas ambientais do município. Sua atuação envolve deliberação, fiscalização, controle social e



ESTADO DO AMAZONAS
CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS
GABINETE DO VEREADOR MARCUS CURSINO
PARTIDO UNIÃO BRASIL

acompanhamento das ações de responsabilidade da administração pública, garantindo que decisões ambientais contem com participação técnica e comunitária.

A falta de nomeação dos conselheiros, bem como a ausência de reuniões previstas em lei, gera lacunas na governança ambiental, comprometendo a regularidade dos processos de licenciamento, fiscalização, planejamento urbano e conservação dos recursos naturais. Ademais, essa inatividade pode gerar insegurança jurídica, uma vez que diversas políticas dependem da existência e do funcionamento pleno do Conselho para serem legitimadas e executadas conforme determina a legislação.

Diante da relevância desse colegiado para o município, torna-se fundamental esclarecer por que o Conselho ainda não foi nomeado, quais medidas estão sendo tomadas e se existem entraves jurídicos que expliquem essa situação. Por essa razão, peço o apoio dos nobres parlamentares para aprovação deste requerimento, a fim de garantir o fortalecimento da governança ambiental e o pleno cumprimento da legislação municipal.

S.S. da Câmara Municipal de Parintins, em 25 de novembro de 2025.

Marcus Wilson Tardelly Lopes Cursino
(Autor da proposição)
Partido União Brasil